



CLIPPING INTERNET
16/08/2019 ATÉ 16/08/2019

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	3
	3.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	4
	3.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG DO LEITÃO	6
	4.2 BLOG PAULO ROBERTO.....	7
	4.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	9
	5.2 BLOG JORGE ARAGÃO.....	10
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 SITE O PROGRESSO.....	11
7	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	7.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	12
	7.2 SITE MA 10.....	13

Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura as primeiras 'Sessões Virtuais'

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inicia, nesta quinta-feira (15), às 15h, as primeiras sessões virtuais, realizadas pelas 1ª e 3ª câmaras cíveis isoladas. Para dar início aos julgamentos eletrônicos no âmbito do Segundo Grau, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, fez a abertura oficial das sessões virtuais em solenidade de inauguração, às 9h, na sala das sessões plenárias.

O presidente destacou ser um dia ímpar para o Judiciário maranhense, uma vez que a implantação das sessões virtuais busca o cumprimento do princípio constitucional da razoável duração do processo, por meio da inteligência tecnológica. "No incremento do plenário virtual, quem vai ganhar é a sociedade, pois teremos duplamente, julgamentos em processos físicos e eletrônicos, o que representa um grande ganho para a celeridade processual e prestação jurisdicional de qualidade", disse.

Joaquim Figueiredo também elencou as vantagens e benefícios esperados com a implementação dos julgamentos eletrônicos, tais como a otimização do fluxo das sessões do Tribunal, a ampliação da capacidade de resolução das demandas judiciais, a modernização e a garantia de ampla publicidade aos julgamentos. Isso porque, além dos atuais canais de comunicação dos atos processuais, a situação dos processos pautados nas sessões virtuais poderão ser acompanhados no Portal do Judiciário.

Para o desembargador Jorge Rachid, presidente da 1ª Câmara Cível, o início das sessões virtuais representam um grande avanço ao Judiciário, que vêm acompanhando a evolução da tecnologia na atualidade. "A tecnologia tem avançado e o Judiciário está acompanhando esse progresso", afirmou. O magistrado também ressaltou o prazo elástico dos processos eletrônicos julgados nas sessões virtuais, que permitirão "uma votação mais confortável e com maior serenidade".

O desembargador Jamil Gedeon, presidente da 3ª Câmara Cível, destacou que a nova plataforma digital proporcionará a celeridade, a organização, a produtividade e a maior eficiência na prestação jurisdicional. "Estamos sendo protagonistas de um momento histórico nos julgamentos do Judiciário maranhense, sendo garantidos um melhor atendimento a crescente demanda judicial, observadas todas as garantias constitucionais e legais do processo", frisou.

SESSÕES VIRTUAIS

Os julgamentos em ambiente eletrônico ocorrem nos processos distribuídos através do sistema do PJe. (Foto: Ribamar Pinheiro)

Os julgamentos em ambiente eletrônico ocorrem nos processos distribuídos através do sistema do Processo Judicial Eletrônico (Pje), sem a necessidade da presença física dos desembargadores em sala de sessão durante o período de julgamento. As sessões virtuais são realizadas semanalmente, por determinação dos presidentes dos órgãos julgadores.

As sessões virtuais são regulamentadas pela Resolução GP nº. 302019, que reestrutura o título que trata da instrução e dos julgamentos, do Regimento Interno da Corte (RITJMA), criando duas seções: a Seção I, que

trata das sessões presenciais; e a Seção II, das sessões virtuais, acrescentando vários artigos e alterando outros.

A sessão virtual terá duração de sete dias corridos, com início às 15 horas, nos dias disciplinados para realização das sessões ordinárias presenciais, conforme normas do RITJMA. No ambiente eletrônico próprio ao julgamento dos procedimentos em trâmite no PJe - 2º Grau, serão lançados os votos do relator e dos demais magistrados componentes do quórum de julgamento.

O prazo para votação dos demais desembargadores integrantes do órgão finaliza sete dias corridos após a abertura da sessão. Às secretarias dos órgãos julgadores competirá a abertura e o encerramento da sessão virtual.

Após a inserção do relatório no sistema PJe, o relator indicará, no pedido de inclusão em pauta, que o julgamento do processo se dará em ambiente virtual. O relatório e o voto precisam estar necessariamente inseridos no PJe até a data da abertura da sessão para que o processo seja incluído na sessão virtual.

Os advogados e as partes serão intimados pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de que o julgamento ocorrerá através da sessão virtual. A Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria do Estado e demais partes cadastradas para ciência de atos processuais serão intimados por meio eletrônico (PJe).

Os julgamentos da sessão virtual serão públicos e poderão ser acompanhados pela internet, em endereço eletrônico disponível no site do TJMA.

Não serão incluídos na pauta da sessão virtual, ou dela serão excluídos, os processos indicados pelo relator quando da solicitação de inclusão em pauta; os destacados por um ou mais desembargadores para o julgamento presencial, a qualquer tempo, desde que devidamente fundamentado e apreciado pelo relator; os destacados pelos membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria do Estado, desde que fundamentado; e os que tiverem pedido de sustentação oral, por meio de petição eletrônica.

Assembleia Legislativa Concede Medalha Manuel Beckman Ao Juiz Federal Roberto Veloso

posted by blogdoleitao , on 06:56 , No Comments

Assembleia Legislativa concede Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso

Em sessão solene, a Assembleia Legislativa concedeu, na manhã desta quinta-feira (15), a Medalha do Mérito Manuel Beckman, a maior comenda do Poder Legislativo do Maranhão, ao juiz federal Roberto Carvalho Veloso, ex-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

A concessão da comenda foi fruto de um Projeto de Resolução Legislativa proposto pelo deputado Professor Marco Aurélio (PCdoB), aprovado por unanimidade pelo Plenário da Casa.

Ao abrir a sessão solene, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), deu boas-vindas ao homenageado, agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo Manuel Beckman.

“Para a nossa Assembleia Legislativa, esta data é uma data especial e vivemos agora um momento muito importante, tanto que fiz questão de estar aqui, participando e presidindo esta sessão, para dizer ao Dr. Roberto Veloso que, aqui mesmo nesta Casa, onde anteriormente recebera o Título de Cidadão Maranhense, agora recebe a Medalha Manuel Beckman, a nossa maior comenda, concedida por voto unânime de todos os membros desta Casa”, ressaltou Othelino Neto.

A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz Roberto Veloso foi uma das mais concorridas cerimônias já realizadas na Assembleia Legislativa.

Dentre outras autoridades, participaram da sessão solene o vice-governador do Estado, Carlos Brandão; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o juiz federal Valterson de Lima, diretor do Fórum Federal de São Luís, e o juiz federal Newton Pereira Ramos, vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O autor da homenagem ao juiz Roberto Veloso, o deputado Professor Marco Aurélio, proferiu discurso na tribuna, ressaltando a importância do reconhecimento do trabalho realizado pelo magistrado.

“O Dr. Roberto Veloso é um magistrado próximo das pessoas, respeitado e muito estimado, que dedicou a sua vida às grandes causas do nosso estado, como homem justo e íntegro. Daí porque esta homenagem é um justo e merecido reconhecimento desta Casa, em nome de todo o povo do Maranhão”, ressaltou o deputado Professor Marco Aurélio.

No mesmo tom, o vice-governador do Estado, Carlos Brandão, que também fez questão de participar da sessão solene, foi à tribuna para reafirmar seu apreço ao magistrado. “Trago aqui ao Dr. Roberto Veloso um abraço meu e um abraço do governador Flávio Dino que, por conta de outros compromissos, não pôde estar aqui presente, embora desejasse”, afirmou Carlos Brandão.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, também frisou a importância da entrega da mais alta honraria do Poder Legislativo ao juiz Roberto Veloso. “Além de uma homenagem justa, é um reconhecimento do seu trabalho não só no Maranhão, mas na vida toda”, disse.

Agradecimento

Após o discurso proferido pelo deputado Professor Marco Aurélio, o juiz Roberto Veloso ocupou a tribuna, manifestando sua gratidão pela homenagem que lhe foi concedida pela Assembleia Legislativa.

“Estou muito grato, extremamente agradecido. Agradeço a todos. E devo dizer que esta homenagem é feita não somente a mim, mas a uma multidão de pessoas que sonham por um Maranhão melhor, e que inspiram todo o nosso trabalho”, afirmou o juiz federal.

Nascido em Teresina, no Piauí, Roberto Veloso, visivelmente emocionado, ao agradecer a homenagem, fez um relato de sua trajetória de vida, acentuando passagens marcantes de sua carreira como promotor de justiça e

juiz federal no Maranhão.

Ao encerrar a cerimônia, o deputado Othelino Neto, que presidiu a Sessão Solene, declarou-se imensamente honrado por ter conduzido os trabalhos, fazendo questão de lembrar que a homenagem ao magistrado foi aprovada por unanimidade pelos deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão.

“Foi uma honra para mim presidir esta cerimônia. Fico feliz por esta Casa poder fazer este justo reconhecimento ao Dr. Roberto Veloso, que se traduz, também, como uma homenagem extensiva a todo o Poder Judiciário, no esforço conjunto que todos fazemos em prol da independência, da autonomia e também da união entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”, ressaltou Othelino.

A sessão solene de entrega da honraria teve a presença maciça de deputados no Plenário e contou, também, com a participação de diversos juízes federais, desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, juízes do Judiciário estadual, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), além da presença de prefeitos, vereadores e dos ex-deputados Stênio Rezende, Deoclides Macedo, Nan Souza e de Maura Jorge, atual superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no Maranhão.

Quase 60 anos depois, casal separado consegue o divórcio em Mirinzal

Foi preciso que a van do projeto Conciliação Itinerante chegasse a Mirinzal, nessa quarta-feira 14 de agosto de 2019, para que os aposentados Bernardo Ribeiro e Joana Silva efetivassem, na Justiça, o divórcio de um casamento realizado há 59 anos e com o mesmo tempo de separação - eles nunca viveram juntos. Esse foi um dos 33 atendimentos realizados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Maranhão no município, a 418km de distância de São Luís - apenas por estrada - e 167km, via "ferryboat".

Mirinzal foi o segundo município a receber a equipe do Nupemec nesta segunda etapa do projeto "Conciliação Itinerante". A iniciativa, que oferece a solução de conflitos de forma ágil e descentralizada à população maranhense, realizou, na cidade, 20 audiências, fez oito acordos - três deles de divórcio -, quatro agendamentos e uma coleta de amostra para exame de DNA, das 14h às 18h dessa quarta, em frente à prefeitura, na Avenida Pedro Almeida Júnior.

Casamento e separação em 1960

A certidão de casamento de Bernardo, 76 anos, e de dona Joana, idade não revelada, data de 18 de outubro de 1960 - o mesmo ano da fundação de Brasília, lembra um dos filhos dela. Ocorre que os dois dizem que nunca moraram juntos.

Adolescentes em 1960, eles não levaram a relação adiante. Embora separados desde a época do casamento, nenhum dos dois pediu o divórcio durante todos esses anos. Ambos constituíram novas famílias. Mas, por que só agora, quando a Conciliação Itinerante passou pela cidade, tomaram a decisão?

"Porque nós não ligávamos. Não tava ligando. Um rapaz foi me chamar lá em casa, de noite. Disse que era gratuito. Então, nós viemos, e a gente se divorciou", sorriu Bernardo.

Dona Joana sentiu uma sensação diferente ao sair da van da Conciliação Itinerante, divorciada, depois de 59 anos de separação, de um homem com quem nunca morou: "tô livre", resumiu ela.

Parceria com o município

O prefeito de Mirinzal, Jadílson dos Santos, fez questão de conferir de perto as facilidades oferecidas pela Conciliação Itinerante na solução de conflitos. E, depois de uma conversa com o juiz coordenador do Nupemec, Alexandre Abreu, ficou entusiasmado com a possibilidade de uma parceria com o Judiciário, no futuro, para que o próprio município instale um posto fixo de conciliação.

"Estamos observando aqui muitas pessoas, que estão neste momento, recebendo esse apoio, esses serviços, formalizando seus acordos. E isso a gente acha muito importante", constatou o prefeito.

O juiz Alexandre Abreu revelou que, em todas as cidades em que os projetos itinerantes do Judiciário têm passado, ele e o presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, têm conversado com pessoas que lidam com a gestão municipal, e elas conhecem a estrutura, percebem a simplicidade do trabalho e manifestam interesse de continuar.

O magistrado destacou que uma das grandes qualidades da itinerância é levar para a sociedade a cultura do consenso como solução de conflitos. E que a experiência tem a capacidade de servir como uma vitrine, mostrando para a gestão municipal que o investimento para fazer uma grande ação social é apenas uma adaptação dos recursos já existentes, com formação de uma pessoa que já executa a ação de atenção e orientação para o cidadão, com o Tribunal de Justiça, de modo que a experiência da itinerância vire uma experiência cotidiana em cada cidade.

"Seria desagradável a Justiça passar, ir embora e deixar saudade. Nesse modelo, a Justiça passa, mostra que é possível conciliar e deixa a semente plantada para uma grande árvore, que vai ser colhida por todos, todos os dias", destacou Alexandre Abreu.

A ação itinerante, em parceria com a Ouvidoria do Poder Judiciário e Defensoria Pública do Estado (DPE-MA), levará atendimento, nesta quinta (15), à Comarca de Cururupu, das 8h às 17h, em frente ao Fórum Desembargador Pires VI, na Rua Herculano Vieira, S/N, Centro.

Continue lendo em: <http://www.blogdomarcial.com/2019/08/quase-60-anos-depois-casal-separado.html>

Presidentes da CNM e da Famem se reúnem para tratar de bloqueios no FPM no Maranhão

Há cerca de 60 dias vários Municípios do Maranhão enfrentam retenções e bloqueios - que chegam a até 100% - no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para tratar do tema, o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier, foi recebido pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, na tarde de terça-feira, 13 de agosto.

De acordo com a Famem, a medida teria sido adotada pela Receita Federal como forma de quitar supostos débitos previdenciários e fiscais. “Os Municípios já passam por dificuldades financeiras, e são os menores que mais sofrem. Com o bloqueio, as prefeituras não conseguem pagar a folha de pessoal, os fornecedores. E esse dinheiro é o que movimenta os pequenos Municípios”, enfatiza o presidente da Federação.

O presidente da CNM destacou que essa questão é tema recorrente de pleitos da entidade municipalista e que o assunto é debatido com setores do governo federal e do Poder Judiciário. “Temos apresentado as dificuldades e pedido que não bloqueiem 100%”, afirmou Aroldi. Ele lembrou que a situação se repete também com sequestros de valores nas contas de prefeituras por causa de precatórios. “Não adianta o Município pagar a União e não pagar os seus próprios servidores”, completou.

Ainda segundo a Famem, a situação foi dificultada porque os processos eletrônicos referentes aos bloqueios no Maranhão passaram a serem julgados em Fortaleza (CE). Em Brasília, a entidade estadual também se reunirá com representantes da Receita Federal, da bancada federal do Estado e outros órgãos em busca de uma solução.

No encontro na Confederação, o grupo tratou ainda da revisão da dívida previdência. Na semana passada, a CNM debateu a recriação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal com a Secretaria Especial de Assuntos Federativos do governo federal. A Famem, que tem uma escola de gestão, buscou informações para firmar parceria com o CNM Qualifica, que oferta seminários para capacitar servidores público municipais.

Também participaram da reunião o coordenador jurídico da Famem, Guilherme Mendonça, o supervisor da Assessoria Parlamentar da CNM, André Alencar, e o consultor técnico da presidência da CNM, Eduardo Stranz.

Adriano aponta provável fraude em dados do MA sobre gasto com pessoal

Publicado em 16 de agosto de 2019 por gilbertoleda

O deputado estadual Adriano Sarney (PV), líder da oposição, apresentou nesta quinta-feira (15) informações do boletim de finanças do Tesouro Nacional que comprovam que o Governo do Maranhão extrapolou o limite de gastos com o pessoal.

Segundo o parlamentar, quando Flávio Dino assumiu o Governo do Maranhão, o percentual de despesa de pessoal encontrava-se em 38,7%; hoje, 60,22% da receita corrente líquida do Estado está comprometida com a folha de pagamento de ativos.

“Em posse desse documento podemos comparar dados a nível nacional com as informações divulgadas pelo Governo do Estado. Porque, se os dados não forem os mesmos, está ocorrendo uma fraude, o que merece a atenção da nossa Justiça e da Assembleia Legislativa”, disse Adriano.

“Entre dados do Tesouro Nacional e os do Governo do Maranhão, claro que os mais confiáveis são os do governo federal. E podem até provar discrepâncias preocupantes e levantar dúvidas da veracidade dos números apresentados pelo governo comunista”, explicou o deputado.

De acordo com Adriano, a evolução de despesa de pessoal do Estado do Maranhão cresceu 85% entre 2011 e 2018, sendo a segunda que mais aumentou no Brasil, perdendo apenas para o Estado do Rio de Janeiro.

“Uma das soluções para esse problema é a retirada de vários cargos comissionados do Governo do Maranhão. Todos sabemos da apropriação da máquina do Estado por partidos políticos que apoiaram Flávio Dino nas últimas eleições”, afirmou o deputado.

Gil Cutrim defende Lei do Personal em São Luís

O deputado federal Gil Cutrim (PDT-MA) subiu à tribuna, esta semana, e fez um breve discurso para os parlamentares presentes sobre a recente decisão judicial que considerou inconstitucional a chamada Lei do Personal, em São Luís.

O parlamentar também frisou o trâmite na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.488/19, de sua autoria, cujo teor é semelhante à Lei Municipal de São Luís, e abrange todo o território nacional.

“Subo à tribuna, hoje, para demonstrar a minha insatisfação diante de uma decisão judicial do estado do Maranhão, especificamente em São Luís, onde está suspensa a Lei Municipal 6.462/19, que trata da Lei do Personal. Essa lei é de autoria do meu amigo, vereador Paulo Victor, e foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, o vereador Osmar Filho”, contextualizou Gil Cutrim logo no início do pronunciamento.

O comentário do parlamentar, além de reforçar a luta dos profissionais de educação física que atuam na capital maranhense, também serviu para demonstrar o quanto esses trabalhadores são submetidos a pagamentos abusivos em todo o Brasil, para que tenham o direito de trabalhar e acompanhar o treino dos alunos nas academias.

“Essa categoria está crescendo muito. Não acho justo, nem razoável que as academias cobrem para que os atletas e consumidores sejam supervisionados de forma segura por esses profissionais, que tanto admiro; que eles tenham que tirar do próprio bolso para frequentar as academias”, enfatizou Gil Cutrim, ao expressar indignação com a decisão da Justiça do Maranhão.

Lei Federal – Ao usar a tribuna, já ao fim do discurso, o deputado Gil Cutrim também aproveitou para registrar que o Projeto de Lei 2.488/19, cujo texto já tramita na Câmara Federal. A ideia é que profissionais de educação física de todo o país passem a ter o direito de acompanhar o treino dos alunos nas academias, sem a necessidade de pagamento de taxas aos estabelecimentos, que já recebem as mensalidades dos consumidores.

“Portanto, registro a minha insatisfação, ao tempo que também coloco aos caros colegas deputados que já está tramitando nesta Casa o projeto de lei de nossa autoria, com este objetivo de alcançar essa profissão tão vista pelo país, tão vista por nós que frequentamos academias, que esses profissionais sejam abraçados por todos os deputados e deputadas do Brasil”, concluiu Gil Cutrim.

Adriano lamenta que o Maranhão tenha extrapolado gastos com pessoal

por Jorge Aragão

15 ago 2019

O deputado estadual Adriano Sarney (PV), líder da oposição, apresentou nesta quinta-feira (15) informações do boletim de finanças do Tesouro Nacional que comprovam que o Governo do Maranhão extrapolou o limite de gastos com o pessoal.

Segundo o parlamentar, quando Flávio Dino assumiu o Governo do Maranhão, o percentual de despesa de pessoal encontrava-se em 38,7%; hoje, 60,22% da receita corrente líquida do Estado está comprometida com a folha de pagamento de ativos.

“Em posse desse documento podemos comparar dados a nível nacional com as informações divulgadas pelo Governo do Estado. Porque, se os dados não forem os mesmos, está ocorrendo uma fraude, o que merece a atenção da nossa Justiça e da Assembleia Legislativa”, disse Adriano.

“Entre dados do Tesouro Nacional e os do Governo do Maranhão, claro que os mais confiáveis são os do governo federal. E podem até provar discrepâncias preocupantes e levantar dúvidas da veracidade dos números apresentados pelo governo comunista”, explicou o deputado.

De acordo com Adriano, a evolução de despesa de pessoal do Estado do Maranhão cresceu 85% entre 2011 e 2018, sendo a segunda que mais aumentou no Brasil, perdendo apenas para o Estado do Rio de Janeiro.

“Uma das soluções para esse problema é a retirada de vários cargos comissionados do Governo do Maranhão. Todos sabemos da apropriação da máquina do Estado por partidos políticos que apoiaram Flávio Dino nas últimas eleições”, afirmou o deputado.

FAMEM e CNM debatem sobre bloqueios do FPM

por Jorge Aragão

15 ago 2019

Há cerca de 60 dias vários Municípios do Maranhão enfrentam retenções e bloqueios – que chegam a até 100% – no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para tratar do tema, o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier, foi recebido pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, nesta semana.

De acordo com a Famem, a medida teria sido adotada pela Receita Federal como forma de quitar supostos débitos previdenciários e fiscais. “Os Municípios já passam por dificuldades financeiras, e são os menores que mais sofrem. Com o bloqueio, as prefeituras não conseguem pagar a folha de pessoal, os fornecedores. E esse dinheiro é o que movimenta os pequenos Municípios”, enfatiza o presidente da Federação.

O presidente da CNM destacou que essa questão é tema recorrente de pleitos da entidade municipalista e que o assunto é debatido com setores do governo federal e do Poder Judiciário. “Temos apresentado as dificuldades e pedido que não bloqueiem 100%”, afirmou Aroldi. Ele lembrou que a situação se repete também com sequestros de valores nas contas de prefeituras por causa de precatórios. “Não adianta o Município pagar a União e não pagar os seus próprios servidores”, completou.

Ainda segundo a Famem, a situação foi dificultada porque os processos eletrônicos referentes aos bloqueios no Maranhão passaram a serem julgados em Fortaleza (CE). Em Brasília, a entidade estadual também se reunirá com representantes da Receita Federal, da bancada federal do Estado e outros órgãos em busca de uma solução.

No encontro na Confederação, o grupo tratou ainda da revisão da dívida previdência. Na semana passada, a CNM debateu a recriação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal com a Secretaria Especial de Assuntos Federativos do governo federal. A Famem, que tem uma escola de gestão, buscou informações para firmar parceria com o CNM Qualifica, que oferta seminários para capacitar servidores público municipais.

Também participaram da reunião o coordenador jurídico da Famem, Guilherme Mendonça, o supervisor da Assessoria Parlamentar da CNM, André Alencar, e o consultor técnico da presidência da CNM, Eduardo Stranz.

Assembleia Legislativa concede Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso

Publicado em agosto 15, 2019 por Paulo Roberto

A Assembleia Legislativa concedeu, na manhã desta quinta-feira (15), a Medalha do Mérito Manuel Beckman, a maior comenda do Poder Legislativo do Maranhão, ao juiz federal Roberto Carvalho Veloso, ex-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

A concessão da comenda foi fruto de um Projeto de Resolução Legislativa proposto pelo deputado Professor Marco Aurélio (PCdoB), aprovado por unanimidade pelo Plenário da Casa.

Ao abrir a sessão solene, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), deu boas-vindas ao homenageado, agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo Manuel Beckman.

“Para a nossa Assembleia Legislativa, esta data é uma data especial e vivemos agora um momento muito importante, tanto que fiz questão de estar aqui, participando e presidindo esta sessão, para dizer ao Dr. Roberto Veloso que, aqui mesmo nesta Casa, onde anteriormente recebera o Título de Cidadão Maranhense, agora recebe a Medalha Manuel Beckman, a nossa maior comenda, concedida por voto unânime de todos os membros desta Casa”, ressaltou Othelino Neto.

A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz Roberto Veloso foi uma das mais concorridas cerimônias já realizadas na Assembleia Legislativa.

Dentre outras autoridades, participaram da sessão solene o vice-governador do Estado, Carlos Brandão; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o juiz federal Valterson de Lima, diretor do Fórum Federal de São Luís, e o juiz federal Newton Pereira Ramos, vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O autor da homenagem ao juiz Roberto Veloso, o deputado Professor Marco Aurélio, proferiu discurso na tribuna, ressaltando a importância do reconhecimento do trabalho realizado pelo magistrado.

“O Dr. Roberto Veloso é um magistrado próximo das pessoas, respeitado e muito estimado, que dedicou a sua vida às grandes causas do nosso estado, como homem justo e íntegro. Daí porque esta homenagem é um justo e merecido reconhecimento desta Casa, em nome de todo o povo do Maranhão”, ressaltou o deputado Professor Marco Aurélio.

No mesmo tom, o vice-governador do Estado, Carlos Brandão, que também fez questão de participar da sessão solene, foi à tribuna para reafirmar seu apreço ao magistrado. “Trago aqui ao Dr. Roberto Veloso um abraço meu e um abraço do governador Flávio Dino que, por conta de outros compromissos, não pôde estar aqui presente, embora desejasse”, afirmou Carlos Brandão.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, também frisou a importância da entrega da mais alta honraria do Poder Legislativo ao juiz Roberto Veloso. “Além de uma homenagem justa, é um reconhecimento do seu trabalho não só no Maranhão, mas na vida toda”, disse.

Agradecimento

Após o discurso proferido pelo deputado Professor Marco Aurélio, o juiz Roberto Veloso ocupou a tribuna, manifestando sua gratidão pela homenagem que lhe foi concedida pela Assembleia Legislativa.

“Estou muito grato, extremamente agradecido. Agradeço a todos. E devo dizer que esta homenagem é feita não somente a mim, mas a uma multidão de pessoas que sonham por um Maranhão melhor, e que inspiram todo o nosso trabalho”, afirmou o juiz federal.

Nascido em Teresina, no Piauí, Roberto Veloso, visivelmente emocionado, ao agradecer a homenagem, fez um relato de sua trajetória de vida, acentuando passagens marcantes de sua carreira como promotor de justiça e juiz federal no Maranhão.

Ao encerrar a cerimônia, o deputado Othelino Neto, que presidiu a Sessão Solene, declarou-se imensamente honrado por ter conduzido os trabalhos, fazendo questão de lembrar que a homenagem ao magistrado foi aprovada por unanimidade pelos deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão.

“Foi uma honra para mim presidir esta cerimônia. Fico feliz por esta Casa poder fazer este justo reconhecimento ao Dr. Roberto Veloso, que se traduz, também, como uma homenagem extensiva a todo o Poder Judiciário, no esforço conjunto que todos fazemos em prol da independência, da autonomia e também da união entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”, ressaltou Othelino.

A sessão solene de entrega da honraria teve a presença maciça de deputados no Plenário e contou, também, com a participação de diversos juízes federais, desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, juízes do Judiciário estadual, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), além da presença de prefeitos, vereadores e dos ex-deputados Stênio Rezende, Deoclides Macedo, Nan Souza e de Maura Jorge, atual superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no Maranhão.

Defensoria Pública e Poder Judiciário iniciam ações itinerantes em comarcas da Baixada Maranhense

A população de São João Batista conta, nesta terça-feira, dia 13, com uma ação itinerante voltada à conciliação, promovida pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) e o Poder Judiciário do Maranhão. Essa é a primeira de uma série de ações que serão realizadas até o fim de semana (17) em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense.

Estão sendo ofertados atendimentos, das 8h às 17h, aos moradores que precisam resolver demandas processuais (com ação judicial em trâmite) ou pré-processuais (sem ação judicial). A ação conta com o apoio dos defensores públicos Suzanne Santana Lobo e Gil Henrique Mendonça Faria, do Núcleo Regional de Pinheiro, além da equipe de assessores da capital.

Além de São João Batista, também receberão a ação: Mirinzal (14), Cururupu (15), Guimarães (16) e Bacuri (17). Em Mirinzal, será próximo à Prefeitura (Av. Pedro Almeida Júnior); em Cururupu, em frente ao Fórum Desembargador Pires VI (Rua Herculano Vieira, s/n, Centro); em Guimarães, em frente ao CREAS (Rua Dr. Urbano Santos, s/n, Centro); já em Bacuri, acontecerá em frente ao Banco do Brasil (Praça Bacuri).

Diversos serviços são oferecidos: atendimento jurídico, agendamento de audiências de conciliação, renegociação de dívidas, divórcio, pensão alimentícia, coleta de DNA para investigação de paternidade, guarda, dentre outras demandas relacionadas a direito do consumidor, família e problemas de vizinhança. Para isso, foram destacadas as unidades móveis das duas instituições.

Os cidadãos interessados em resolver demandas processuais (com ação judicial em trâmite) ou pré-processuais (sem ação judicial) devem-se dirigir ao local do evento portando seus documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel etc.).

As ações integram o projeto "Conciliação Itinerante - A Justiça próxima do Cidadão", iniciativa idealizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/TJMA), e também conta com o projeto "Ouvidoria Itinerante", também do Tribunal de Justiça.

Magistrado recebeu a Medalha do Mérito Manuel Beckman, a maior comenda do Poder Legislativo do Maranhão; proposta foi do deputado Marco Aurélio

16/08/2019

Juiz Roberto Veloso é homenageado na Assembleia Legislativa

Juiz federal Roberto Veloso recebeu dos deputados maior honaria da Assembleia Legislativa do Maranhão (Divulgação)

O juiz federal Roberto Carvalho Veloso, ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), foi homenageado em sessão solene na manhã de ontem, na Assembleia Legislativa, com a Medalha do Mérito Manuel Beckman, a maior comenda do Poder Legislativo do Maranhão.

A concessão da comenda foi fruto de um Projeto de Resolução Legislativa proposto pelo deputado Professor Marco Aurélio (PCdoB), aprovado por unanimidade pelo Plenário da Casa.

A solenidade foi conduzida pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB).

“Para a nossa Assembleia Legislativa, esta é uma data especial, e vivemos agora um momento muito importante, tanto que fiz questão de estar aqui, participando e presidindo esta sessão, para dizer ao dr. Roberto Veloso que, aqui mesmo nesta Casa, onde anteriormente recebera o Título de Cidadão Maranhense, agora recebe a Medalha Manuel Beckman, a nossa maior comenda, concedida por voto unânime de todos os membros desta Casa”, ressaltou.

A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz Roberto Veloso foi uma das mais concorridas cerimônias já realizadas na Assembleia Legislativa. Dentre outras autoridades, participaram da sessão solene o vice-governador do Estado, Carlos Brandão; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o juiz federal Valterson de Lima, diretor do Fórum Federal de São Luís, e o juiz federal Newton Pereira Ramos, vice-presidente da Ajufe.

O autor da homenagem ao juiz, deputado Professor Marco Aurélio, proferiu discurso na tribuna, ressaltando a importância do reconhecimento do trabalho realizado pelo magistrado.

“O dr. Roberto Veloso é um magistrado próximo das pessoas, respeitado e muito estimado, que dedicou a sua vida às grandes causas do nosso estado, como homem justo e íntegro. Daí porque esta homenagem é um justo e merecido reconhecimento desta Casa, em nome de todo o povo do Maranhão”, ressaltou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, também frisou a importância da entrega da mais alta honraria do Poder Legislativo ao juiz Roberto Veloso. “Além de uma homenagem justa, é um reconhecimento do seu trabalho não só no Maranhão, mas na vida toda”, enfatizou.

Agradecimento

Após o discurso proferido pelo deputado Marco Aurélio, o juiz Roberto Veloso ocupou a tribuna e manifestou sua gratidão pela homenagem que lhe foi concedida no Legislativo.

“Estou muito grato. Agradeço a todos. E devo dizer que esta homenagem é feita não somente a mim, mas a uma multidão de pessoas que sonham por um Maranhão melhor, e que inspiram todo o nosso trabalho”, afirmou.

Visivelmente emocionado, Veloso fez um relato de sua trajetória de vida, acentuando passagens marcantes de sua carreira como promotor de justiça e juiz federal no Maranhão.. <https://bit.ly/2YXVABi>

Casal separado há quase 60 anos consegue o divórcio

Foi preciso que a van do projeto Conciliação Itinerante chegasse a Mirinzal nesta quarta-feira (14), para que os aposentados Bernardo Ribeiro e Joana Silva efetivassem, na Justiça, o divórcio de um casamento realizado há 59 anos e com o mesmo tempo de separação - eles nunca viveram juntos. Este foi um dos 33 atendimentos realizados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Mirinzal foi o segundo município a receber a equipe do Nupemec nesta segunda etapa do projeto "Conciliação Itinerante". A iniciativa, que oferece a solução de conflitos de forma ágil e descentralizada à população maranhense, realizou, na cidade, 20 audiências, fez oito acordos - três deles de divórcio -, quatro agendamentos e uma coleta de amostra para exame de DNA, das 14h às 18h desta quarta, em frente à Prefeitura, na Avenida Pedro Almeida Júnior.

CASAMENTO E SEPARAÇÃO EM 1960 - A certidão de casamento de Bernardo, 76 anos, e de dona Joana, idade não revelada, data de 18 de outubro de 1960 - o mesmo ano da fundação de Brasília, lembra um dos filhos dela. Ocorre que os dois dizem que nunca moraram juntos.

Adolescentes em 1960, eles não levaram a relação adiante. Embora separados desde a época do casamento, nenhum dos dois pediu o divórcio durante todos esses anos. Ambos constituíram novas famílias. Mas por que só agora, quando a Conciliação Itinerante passou pela cidade, tomaram a decisão?

PARCERIA COM MUNICÍPIO - O juiz Alexandre Abreu revelou que, em todas as cidades em que os projetos itinerantes do Judiciário tem passado, ele e o presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, têm conversado com pessoas que lidam com a gestão municipal, e elas conhecem a estrutura, percebem a simplicidade do trabalho e manifestam interesse de continuar.

O magistrado destacou que uma das grandes qualidades da itinerância é levar para a sociedade a cultura do consenso como solução de conflitos. E que a experiência tem a capacidade de servir como uma vitrine, mostrando para a gestão municipal que o investimento para fazer uma grande ação social é apenas uma adaptação dos recursos já existentes, com formação de uma pessoa que já executa a ação de atenção e orientação para o cidadão, junto com o Tribunal de Justiça, de modo que a experiência da itinerância vire uma experiência cotidiana em cada cidade.

"Seria desagradável a Justiça passar, ir embora e deixar saudade. Nesse modelo, a Justiça passa, mostra que é possível conciliar e deixa a semente plantada para uma grande árvore, que vai ser colhida por todos, todos os dias", destacou Alexandre Abreu.

A ação itinerante, em parceria com a Ouvidoria do Poder Judiciário e Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), levará atendimento, nesta quinta (15), à comarca de Cururupu, das 8h às 17h, em frente ao Fórum Desembargador Pires VI, na Rua Herculano Vieira, s/n, Centro.

GUIMARÃES E BACURI - Na sexta, o atendimento será em Guimarães, também das 8h às 17h, em frente ao CREAS, na Rua Dr. Urbano Santos, s/n, Centro. No encerramento da etapa, no sábado, das 8h às 12h, a equipe estará em Bacuri, em frente ao Banco do Brasil, na Praça Bacuri. Este último município não terá atendimento da Ouvidoria.

As sessões de conciliação estão sendo conduzidas pelos conciliadores Rodrigo Silva, Lucieni Aquino e Alan Farias, devidamente capacitados para atuação na solução de conflitos, além do próprio juiz coordenador, Alexandre Abreu, e da coordenadora Ana Larissa Serra. Do TJMA.

Presidente do TJMA e juízes discutem demandas de execução fiscal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, reuniu-se com os juízes das varas de execução fiscal do Termo Judiciário de São Luís e com os representantes do Estado e do Município de São Luís para definir providências que possam reduzir a judicialização das demandas de execução fiscal e o acervo processual. Na reunião, os magistrados apresentaram sugestões de medidas que podem ser adotadas pelos poderes Executivo e Judiciário.

Do encontro, no Gabinete da Presidência do TJMA, participaram os juízes Raimundo Nonato Neris Ferreira e Manoel Matos de Araújo Chaves (9ª e 10ª Varas da Fazenda Pública), acompanhados dos seus assessores; o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o procurador-geral adjunto para Assuntos Estratégicos do Estado, Bruno Tomé Fonseca, e procuradores com atuação na execução fiscal. Presentes também a procuradora-chefe da Dívida Ativa do Município de São Luís, Anne Karole Fontenele de Britto; e o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

Conforme o documento apresentado pelos juízes, dados colhidos nos sistemas de controle de processos do Judiciário do Maranhão mostram que tramitam nas três Varas da Fazenda, exclusivas de execução fiscal, cerca de 30 mil processos. A maior parte não tem perspectiva de solução, seja pela não localização do devedor ou pela total inexistência de bens que possam garantir o pagamento da dívida, segundo informações das unidades judiciárias. O presidente do TJMA sugeriu que o Estado e o Município apresentem, no prazo de 30 dias, repostas às sugestões dadas pelos magistrados da Fazenda Pública.

O desembargador Joaquim Figueiredo reconheceu o caráter diferenciado das execuções fiscais e as dificuldades no processamento dessas ações. Também se colocou à disposição para intermediar a busca de providências que visem a racionalizar a tramitação os processos nas varas de execução fiscal.

O juiz Raimundo Nonato Neris disse que foi sugerido o aumento do valor mínimo da judicialização da dívida ativa do Estado e do Município de São Luís para R\$ 20 mil, ficando estabelecido que valores inferiores a esse sejam cobrados por via administrativa, inclusive com a inscrição do devedor no Serasa e o protesto da dívida.

Atualmente os valores são de R\$ 3.500,00 (município) e, no caso do estado, de R\$ 4 mil (débitos diversos), R\$ 5 mil (IPVA) e R\$ 10 mil (ICMS). Conforme o magistrado, foi sugerido, ainda, que sejam enviadas ao Judiciário somente aqueles débitos com perspectivas de solução efetivas - de devedores conhecidos e com patrimônio que possam garantir o pagamento.